

Ata de Reunião

1. IDENTIFICAÇÃO

Projeto: **Implantação do SIGEP**

Data: 20 de março de 2017

Local: Sala 307-a

Horário: das 15h15min às 17h30min

2. PARTICIPANTES

Tatiana Krause – Diretoria-Geral

Rubilar da Silva Jardim - Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações

André Farias - Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações

André Marinho – Secretaria de Orçamento e Finanças

Paulo Barreto Ferreira - Secretaria de Gestão de Pessoas

Cristina Schmidt - Secretaria de Gestão de Pessoas

Gisele Sena - Secretaria de Gestão de Pessoas

Romy Bruxel – Assessoria de Gestão Estratégica

3. OBJETIVOS

Definir a estratégia a ser adotada para a migração de dados do sistema atual para o SIGEP

4. PAUTA

Assuntos tratados e deliberações

1. Validação da ata e monitoramento das pendências da reunião do dia 13/3

Ata validada sem alterações.

Não havia atividades pendentes com prazo vencido.

2. Relato da visita ao TRT20

Nos dias 15 e 16 de março três representantes do TRT4 – Tatiana, Rubilar e Cristina – visitaram o TRT20, que adotou o SIGEP recentemente, para colher informações úteis para a implantação do sistema no TRT4.

Tatiana qualificou a visita como tendo sido ótima. Ressalvou, contudo, que se trata de um Tribunal de pequeno porte, onde as mudanças tendem a ser mais fáceis de implementar. Relatou que os servidores não receberam treinamento prévio no SIGEP e que estão aprendendo a usar o sistema à medida que o utilizam. Disse que na transição de um sistema para o outro, praticamente não perderam funcionalidades. Informou que aquele Tribunal não

utiliza o FolhaWeb. Os dados financeiros são extraídos do SIGEP pelo sistema de folha de pagamento que já utilizavam.

Cristina complementou, dizendo que antes de implantar o SIGEP, o TRT20 trabalhava com dois sistemas, um de RH e outro de folha de pagamento. Atualmente, o sistema RH foi “desligado”, substituído pelo SIGEP, e o de Folha de Pagamento permanece em uso. Durante cerca de um ano, o sistema RH foi utilizado em paralelo com o SIGEP. Naquele Tribunal, as homologações foram feitas pela área responsável pela folha de pagamento.

Tatiana relatou que o TRT20 tem como diretriz utilizar todos os sistemas nacionais que forem disponibilizados. Por tratar-se de tribunal de pequeno porte, essa prática gera economia significativa. Ressaltou a importância do apoio da Presidência e da Diretoria-Geral no processo de implantação do sistema. Comentou também que o módulo de Diárias não integra o SIGEP, mas existe no SIGEO, e sugeriu que o TRT4 tente aproveitar aquele módulo desse sistema. Para o processamento das diárias no TRT20, a área de Gestão de Pessoas informa o número de diárias a que o servidor tem direito e a área responsável pela folha de pagamento calcula os efeitos financeiros decorrentes.

A propósito de aproveitar outros sistemas para complementar funcionalidades não disponíveis no SIGEP, Tatiana citou que o PROAD, sistema equivalente ao ADM Eletrônico, possui um módulo que faz o controle das Portarias por servidor. Essa funcionalidade é importante, porque a SECOF utiliza as Portarias para implementar alterações que geram efeito financeiro na folha de pagamento.

Farias citou a existência, no PROAD, de um módulo específico para Ouvidoria, que deverá ser utilizado pelo nosso Regional e, sendo assim, já ensejará a instalação do referido sistema, mesmo que para uso mais restrito. Informou que a definição da Bárbara, Diretora-Geral, era de que a instalação do PROAD para toda área administrativa seja realizada apenas em 2018.

3. Estratégia de migração dos dados

Paulo apresentou uma terceira estratégia para a migração de dados do sistema atual para o SIGEP. A questão em debate diz respeito aos campos do SIGEP para os quais não há correspondência no SRH. Segundo a nova proposta, os dados que, pela proposta anterior, ficariam armazenados em estruturas auxiliares, por esta proposta seriam digitados diretamente no SIGEP. Para evitar que uma nova carga “esvaziasse” esses campos, a SETIC desenvolveria uma ferramenta para copiar aqueles dados e, depois de feita a nova carga, colocaria os dados de volta onde estavam.

André disse que a ideia é boa, mas manifestou preocupação com os riscos envolvidos. O principal, segundo ele, está relacionado com a alteração de algum campo que faz parte da chave. Alterações desse tipo de campo podem fazer com que o dado copiado e retirado perca a referência do lugar de onde foi retirado e, após ser reinserido, crie um novo registro em vez de complementar um existente (*add* em vez de *update*). Além disso, disse que pode haver outros riscos não previstos envolvidos.

Paulo insistiu na proposta, pois alega que, pela proposta anterior, que utiliza estruturas auxiliares, os servidores teriam de entrar com as mesmas informações em dois locais diferentes. Disse que prefere identificar as eventuais inconsistências decorrentes da adoção

da terceira proposta do que exigir que os servidores preencham planilhas (estruturas auxiliares) com dados já digitados no SRH.

Rubilar disse que não tem condições de avaliar se a nova proposta é factível. Precisará conversar com a equipe da SETIC envolvida no SIGEP, para que façam análise técnica. Além de avaliar a viabilidade, a SETIC avaliará o tempo que a adoção dessa proposta iria demandar. Para isso, precisa da informação que está sendo levantada pela Cristina e pela Tatiana, acerca dos campos essenciais que existem no SIGEP e não no SRH e que demandariam, pela proposta anterior, estruturas auxiliares. Na reunião agendada para o dia 27/3, parte do levantamento terá sido concluído, tornando possível fazer estimativa do tempo requerido.

4. Revisão de regras de migração

Paulo expôs que já foram identificados erros em algumas das regras de migração. As principais dizem respeito à movimentação dos magistrados na carreira (de juiz substituto para titular, e de titular para desembargador) e na evolução dos servidores nos cargos (decorrente das transformações dos cargos ao longo do tempo). Disse que a mais urgente delas é a que trata dos magistrados.

Rubilar disse que os dados atrelados aos cargos afetam outros campos e precisam ser corrigidos antes de ser feita nova carga. Irá consultar a equipe de desenvolvimento para que estimem o tempo necessário para refazer a regras de migração em relação aos cargos, com prioridade para os magistrados. Para que os técnicos da SETIC tenham melhores condições de avaliar, a SEGESP irá descrever a situação detalhadamente, lançar no SGRH exemplos de todos os cenários existentes neste Regional, incluindo casos onde servidor se torna magistrado, e informar a SETIC para a devida análise técnica.

5. Conclusão e encaminhamentos

Romy lembrou que a elaboração do TAP foi deixada de lado nas 2 últimas reuniões e precisará ser retomada. O próximo campo a ser preenchido é o escopo do projeto.

5. PENDÊNCIAS/ ENCAMINHAMENTOS

Tarefa	Responsável	Prazo
1 Identificar os dados essenciais que estão no SIGEP e não estão no SRH	Cristina e Tatiana	31/3
2 Descrever a situação detalhadamente, lançar no SGRH exemplos das situações existentes neste Regional e que envolvem magistrados e informar a SETIC para a devida análise técnica	Cristina	22/3
3 Estimar tempo requerido para alterar a regra de migração citada no item 2	Rubilar	3/4
4 Apresentar resultado parcial da tarefa 1	Tatiana	27/3
5 Verificar viabilidade técnica da adoção da proposta nº 3 e estimar prazo para execução	Rubilar	Depende do item 1

